



Patrimônio Arquitetônico: a importância da formação do profissional arquiteto

Architectural Heritage: the importance of training the professional architect

Liliany Schramm da Silva Gattermann
Mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Docente na Escola de
Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Meridional
liliany.silva@imed.edu.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a formação do arquiteto, nas universidades brasileiras, de modo que o mesmo receba fundamentação necessária para atuar junto a edificações de interesse para preservação e, também, daquelas constituintes do patrimônio edificado. A consequência da ausência destes conhecimentos de restauro arquitetônico é a destruição dos elementos que fazem parte da memória coletiva, seja por atuação inadequada do profissional, quer por desconhecimento do papel da história no desenvolvimento das cidades. Pretende-se mostrar que a sólida formação no que tange à preservação e ao restauro, por parte dos arquitetos, contribuirá para uma melhor atuação nos bens culturais e na influência do pensamento preservacionista perante a sociedade.

Palavras-chave: Formação do Profissional Arquiteto; Educação Patrimonial; Patrimônio Edificado.

Abstract

This article aims to analyze architectural education in Brazilian universities, so that it receives necessary foundation to work together to buildings of interest for preservation and also those constituents of built heritage. The consequence of the absence of such knowledge restoration is destruction of architectural elements that are part of the collective memory, either by inadequate performance of the professional, either through ignorance of the role of history in the development of cities. Intended to show that the solid formation with respect to the preservation and restoration by the architects, will contribute to a better performance in cultural goods and the influence of thought preservationist in society.

Keywords: Training of Professional Architect; Heritage Education; Built Heritage.

1. INTRODUÇÃO

Os aspectos relativos à cultura e à identidade de uma sociedade estão diretamente relacionados com a memória coletiva e a transmissão do conhecimento para as gerações futuras. A formação da noção de cidadania, entre outros fatores, também se dá a partir da apropriação do patrimônio e das formas de preservação do mesmo.

Portanto, as intervenções em conjuntos e edificações que constituem o patrimônio construído desta sociedade devem estar ancoradas em sólidos conhecimentos sobre o assunto, conhecimentos estes que devem fazer parte do ensino de arquitetura. Faz-se necessário preparar os alunos para o mercado de trabalho e os desafios dos tempos atuais, quer sejam projetos de novas edificações inseridas em uma cidade com construções de variadas épocas, ou intervenções naquelas já existentes.

2. OBJETIVO

O presente artigo tem por finalidade a análise da formação do arquiteto nas universidades brasileiras, enfocando conhecimentos e disciplinas referentes à intervenção em edificações de interesse para preservação ou constituintes do patrimônio edificado das cidades.

3. JUSTIFICATIVA

No panorama atual do mercado de trabalho no campo da arquitetura, onde novas edificações inserem-se em contextos edificados com construções de diversas épocas, bem como há também um interesse em restauros e revitalizações em obras históricas e/ou integrantes do patrimônio, se faz necessário um conhecimento aprofundado nas áreas de conhecimento referente a estes temas: preservação e restauro nos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo.

4. MÉTODO EMPREGADO

A metodologia utilizada para efetuar este artigo foi a pesquisa bibliográfica em livros e periódicos de referência, tanto impressos como digitais.

5. O TEMA DO PATRIMÔNIO E O ENSINO DA ARQUITETURA

5.1 Origens e atualidade

Uma das primeiras manifestações ocorridas para a formação de especialistas na área de restauro foi o “Curso Internacional de Especialização”, promovido pela Facoltà di Architettura da Università degli Studi di Roma, em 1965. A partir desta época, várias iniciativas neste sentido têm ocorrido, principalmente na Europa.

No ano de 2004, foi elaborada, em Portugal, uma carta de princípios sobre o ensino de arquitetura no século XXI. Neste, itens como: preservação e restauração dos recursos naturais e culturais, bem como promoção do engajamento cívico e da vitalidade econômica em conjunto com a preservação da identidade local, entre outros, foram abordados.

Como iniciativas brasileiras, no início do século XX – contexto do Modernismo e do Estado Novo, houve a criação do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). No projeto de construção deste governo, buscava-se a criação de uma identidade nacional e a valorização do patrimônio histórico. E os arquitetos modernistas em território nacional defendiam as manifestações coloniais e barrocas como símbolos da identidade cultural do país.

Em 1981, foi criado o “Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos”, em uma parceria entre a Universidade Federal da Bahia, o IPHAN e a UNESCO. No entanto, apenas em 1996, conteúdos relacionados a preservação e restauro foram introduzidos como integrantes dos currículos mínimos dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Ainda assim, atualmente, o aluno de arquitetura passa grande parte do seu currículo, no que se refere a disciplinas de tecnologia, aprendendo sobre materiais de ponta e inovadores, restando muito pouco do conhecimento sobre materiais e técnicas de construção tradicionais. Para aquele que irá se profissionalizar na área de patrimônio histórico ou ter que lidar, nem que seja uma vez na sua carreira, com intervenções, a lacuna é significativa. Cabe aqui

menção que a obrigação das instituições de ensino é ensinar de maneira abrangente, cabendo apenas ao aluno a decisão sobre aproveitar ou descartar certos ramos do conhecimento. De acordo com Freire (1996, p.47), “saber ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”.

De acordo com Rubió (2006, p. 254), “A relação entre uma nova intervenção arquitetônica e a arquitetura já existente é um fenômeno que muda de acordo com os valores culturais atribuídos tanto ao significado da arquitetura histórica como às intenções da nova intervenção”, referindo-se a duas possibilidades na atuação intervencionista: contraste entre a nova obra e seu contexto ou, ao contrário, analogia entre os mesmos, havendo ainda variações na gradação destas atuações. Faz-se necessário observar que tanto o contraste quanto a analogia podem ser obtidos de diversos modos, como estilo arquitetônico, gabarito de recuos e altura, materiais empregados, formas, entre outros, e é preciso uma boa quantidade de repertório teórico para atuar neste sentido. Como exemplos de abordagens

diferentes, pode-se citar as consolidações efetuadas no Coliseu Romano, como mostram as figuras abaixo:



Figura 1 – Consolidação do Coliseu Romano – lateral direita (contraste).

Fonte: <http://app.catolicasc.org.br>



Figura 2 – Consolidação do Coliseu Romano – lateral esquerda (analogia).

Fonte: <http://app.catolicasc.org.br>

5.2 Importância do ensino de preservação e restauro

Segundo Farah (2008, p.34), “mediante a análise de intervenções recentes no patrimônio construído, verifica-se que a falta do ensino, na graduação de arquitetura e urbanismo, da disciplina de restauro arquitetônico resulta em profissionais não habilitados a trabalhar num tecido urbano pré-existente [...]”. Esta constatação resulta na realidade vista, todos os dias, nas grandes e também nas pequenas cidades: destruição de importantes monumentos e conjuntos de valor patrimonial inestimável, seja por má atuação na intervenção, quer por completo desconhecimento do bem pela sociedade onde se insere.

Nas diversas áreas da sociedade atual, não apenas na arquitetura, há uma tendência a considerar o novo como automaticamente superior ao precedente. Este fator é outro determinante no descaso de edificações e conjuntos históricos encontrado nas cidades brasileiras.

Afeta-se, assim, a memória coletiva e a transmissão de conhecimento para as gerações futuras, pois a deturpação da memória acarreta danos para a cultura e a identidade da sociedade. De acordo com Poulot (2009, p.230), “[...] para sua inclusão no patrimônio, monumentos ou sítios culturais devem ser marcados, em primeiro lugar, com um sinal positivo por indivíduos ou grupo”.

Cabe aqui mencionar a importância de uma educação patrimonial através das escolas de ensino fundamental e médio, bem como pelos meios de divulgação perante a sociedade, a fim de motivar o

reconhecimento e a valorização dos bens de valor histórico e artístico e, deste modo, promover a identidade da mesma. De acordo com Horta (1999, p.6),

A educação patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização de sua cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA, 1999, p.6).

Mas não somente as escolas nos níveis fundamental e médio têm o dever de aproximar o patrimônio, seja arquitetônico, urbano ou ambiental, e a sociedade onde o mesmo está inserido; também as universidades devem promover esta aproximação, realizando e divulgando trabalhos neste sentido, enfatizando a importância da preservação da história e da memória cristalizadas nas edificações e espaços, pois o patrimônio cultural pode se tornar um instrumento pedagógico ao exercício da cidadania.

Em se tratando do ensino de graduação em arquitetura e urbanismo, o papel das instituições e de seus docentes é de suma importância para a formação de um profissional apto a atuar em pré-existências, pois a atuação de restauro deve estar associada ao pensamento crítico e racional, afastando-se de atos arbitrários. Para tanto, é preciso fornecer aos alunos também conhecimentos em campos disciplinares relacionados à restauração, tais como história, sociologia e filosofia.

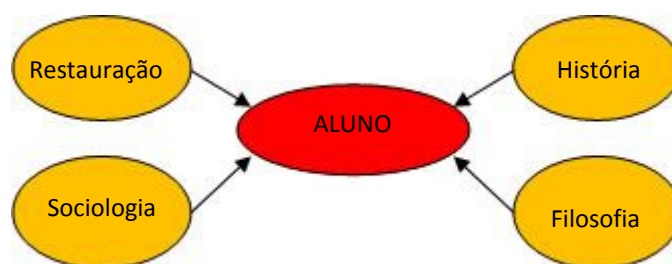


Figura 3 – Esquema de conhecimentos para atuação em intervenções.

Fonte: autora.

Introduzida no Brasil pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta em 1983, a metodologia da Educação Patrimonial se desenvolve em quatro etapas:

- a observação: identificação do objeto, sua função e significado,
- o registro: do conhecimento percebido, através do aprofundamento da observação,

- a exploração: desenvolvimento da análise crítica por meio da consulta a outras fontes,
- e a apropriação do bem cultural: por meio da participação criativa.

Este método é perfeitamente aplicável aos diversos níveis da educação, da fundamental ao ensino superior, em um processo permanente e sistemático. Deste modo, poderia ser contemplado dentro do modelo educacional brasileiro, como um conteúdo transversal na estrutura curricular e não apenas uma disciplina ou inserido em apenas um ano letivo. A falta de uma política de educação voltada para a preservação do patrimônio e da memória gera desconhecimento e desinteresse sobre o tema, o qual acaba ficando relegado em segundo plano no que se refere às questões políticas e econômicas das cidades.

Um aspecto que deve ser observado é a crescente falta de mão-de-obra qualificada, devido à industrialização da construção civil, que deixa de valorizar um mestre ou pedreiro experiente e passa a contratar por valores mais baixos profissionais incapazes de executar um serviço bem-feito e dentro das especificações. O conhecimento das técnicas tradicionais tornou-se privilégio de poucos, na maioria arquitetos e restauradores especializados. Como resultado, a manutenção e restauração de estruturas tradicionais passa a ter mais custo do que a nova edificação com tecnologia contemporânea.

Também se deve levar em consideração o modo de vida da sociedade atual, isto é, o processo conhecido como “globalização” e seu impacto sobre a identidade cultural contemporânea. Atualmente, a sociedade vive em mudança constante, rápida e permanente, pois à medida em que áreas diferentes do planeta entram em conexão uma com as outras, ondas de transformação social atingem toda a superfície do mesmo.

Este movimento cria um processo sem-fim de fragmentações e rupturas internas, gerando antagonismos sociais que produzem diferentes identidades para os indivíduos. Resulta disso, uma

sociedade extremamente individualista e, em decorrência, o descaso com o coletivo, incluindo a identidade e a memória coletiva.

5.3 A alternativa do turismo cultural

Atualmente, o turismo cultural é considerado um setor econômico dos mais promissores, pois além do desejo crescente das pessoas em conhecer outras culturas e lugares novos, este setor agrega valor ao bem ao necessitar de melhorias constantes dos equipamentos, transportes e produtos turísticos.

E, apesar das consequências negativas da globalização, como mencionado anteriormente, é devido a esta mesma globalização, onde nosso ambiente está cada vez mais padronizado, que as diversidades culturais encontram lugar para sua exploração.

Neste redescobrimento do local em contraposição ao global, o turismo cultural tem sido a maior ferramenta para a revitalização e o uso sustentável do patrimônio. Entretanto, deve-se ter cuidado com interesses estritamente comerciais, nos quais há a criação de temas para influenciar a escolha do turista. Estes cenários de lazer são criados a partir da reconstrução sem critério e do embelezamento de lugares que chamem a atenção e ativem o imaginário dos clientes.

Este processo de mercantilização do patrimônio, leva à criação de não-lugares, da não-identidade, pois não se caracteriza por um espaço construído a partir da relação homem-ambiente, não sendo identificáveis pelos indivíduos que ali vivem.

Considerando os aspectos positivos, o turismo pode ser um grande aliado na conservação de prédios e monumentos históricos, desde que haja uma preocupação social com a população tradicional do lugar, isto é, possibilitar a redescoberta através da educação patrimonial, por estas pessoas, do papel importante que desempenharam em parte da história do país, valorizando assim a cultura e fortalecendo a identidade local.



Figura 4 – Antonio Prado – RS.

Fonte: http://www.arquiteturaefcoeficiente.com.br/2011_09_18_archive.html

Um dos exemplos bem sucedidos da exploração turística em bens de valor patrimonial é a cidade de Antonio Prado – RS. O centro histórico possui 48 edificações tombadas pelos IPHAN. Foram construídas em alvenaria e madeira pelos imigrantes

italianos no período entre o final do século XIX e o início do século XX. A cidade é considerada como a mais italiana do país e preserva também seu patrimônio imaterial, como o dialeto, as festas religiosas, a gastronomia e o artesanato.



Figura 5 – Paraty – RJ.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=396948>

Outro exemplo interessante é o centro histórico de Paraty – RJ. Com seu casario colonial preservado, associa ecoturismo e eventos relacionados com a cultura local.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após pesquisas sobre o tema, conclui-se que o restauro e a preservação do patrimônio, seja arquitetônico, urbanístico ou ambiental, depende de sua apropriação pela sociedade onde está inserido,

assim como esta mesma sociedade depende de seu patrimônio cultural para consolidar sua identidade.

Sendo assim, o papel dos arquitetos é de grande importância na valorização de obras de relevância para a constituição da memória coletiva das cidades, tanto na conservação, quanto em intervenções. E, para uma atuação comprometida e qualificada destes profissionais, se faz necessária uma sólida formação em nível de graduação a princípio, e pós-graduação para aqueles que desejarem se especializar na área.

Referências Bibliográficas

FARAH, A. P. Restauro Arquitetônico: a formação do arquiteto no Brasil para preservação do patrimônio edificado. In: **História**, São Paulo, 27 (2): 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RUBIÓ, I. de S.-M. Do contraste à analogia: novos desdobramentos do conceito de intervenção arquitetônica. In: NESBITT, Kate (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006.